

# EUROPA-ESTADOS UNIDOS: UM NOVO FÔLEGO?

José Cutileiro

As consequências da guerra do Iraque para as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos têm sido analisadas e reanalisadas de há um ano a esta parte. Estudiosos competentes e organizações reputadas dedicaram-lhes livros, artigos, colóquios, seminários. Também eu escrevi sobre elas e as debati e julgo que não haja muito a dizer que não tenha já sido dito. É claro que a própria matéria de estudo vai mudando, não tanto, neste caso, porque novas investigações e interpretações iluminem aspectos e problemas a que pouca atenção se tivesse ligado antes, mas porque a «história do presente» – como George Kennan chamou aos escritos de Garton Ash sobre o fim do comunismo na Europa de Leste em 1989 – é isso mesmo e não se pode facilmente aplicar ao presente uma guilhotina temporal; dá-lo por extinto. Há que recorrer a artifícios de alguma plausibilidade: no caso do Iraque talvez a transferência de autoridade para os iraquianos a 28 de Junho sirva. Antes disso não teria sido fácil encontrar um fecho e, entretanto, a paisagem ia mudando. Quem tenha escrito no fim de Março, por exemplo, não saberia ainda dos escândalos da prisão de Abu Ghraib e avaliaria de outra maneira o declínio do prestígio americano na Europa. E quem tenha escrito no começo de Março não contou com os atentados na estação de Atocha, com a derrota eleitoral do partido de Aznar e com a subsequente saída da Espanha da coligação. Aconteceu-me a mim e a vários outros.

## **O IRAQUE E AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS**

Para medir os efeitos da guerra do Iraque nas relações transatlânticas poderá começar-se por seguir estas desde os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Logo a 12, uma vez convencido de que os atacantes tinham vindo do exterior e, *ipso facto*, os Estados Unidos haviam sofrido uma agressão, o Conselho do Atlântico evocou pela primeira vez o artigo 5.º do Tratado de Washington – inventado para garantir que os Estados Unidos viriam em socorro de um aliado europeu atacado e não, como acabou por acontecer, para garantir que os outros aliados viessem em auxílio dos Estados Unidos. Estes declinaram imediatamente aceitar os aspectos materiais dessa solidariedade, declarando com algum

acinte que a missão determinava a coligação e não o contrário – o que deitou água na fervura entusiástica de alguns aliados e os deixou justamente desconfiados. Todavia, a Administração Bush portou-se com ponderação e contenção, apreciadas pelos europeus, na preparação do ataque ao Afeganistão e efectuou-o com aprovação quase universal. Mas quando, a seguir, Washington pôs o Iraque na sua linha de mira, começaram divergências sérias. Em Outubro, Bush conseguiu unanimidade na Resolução 1441 do Conselho de Segurança, mas, depois de meses de negociações polémicas, em que quer os Estados Unidos quer a França ultrapassaram os limites do decoro diplomático e se insultaram na praça pública, não foi possível a Washington obter uma maioria viável no Conselho de Segurança, para segunda resolução (que os americanos consideravam desnecessária mas que procuraram conseguir para que Tony Blair tentasse placar a sua opinião pública) – e a guerra fez-se à revelia das Nações Unidas. As operações militares de ataque e conquista foram eficazes, até no sentido de provocarem poucas baixas. O que se seguiu deixou muito a desejar e acirrou as opiniões públicas europeias contra os americanos em geral e a Administração Bush em particular. Houve incompetência grave e dolosa na gestão do *post bellum*: nada parecia ter sido previsto para garantir segurança uma vez a vitória militar obtida, a semanas de pilhagem seguiu-se a dissolução inane das forças armadas iraquianas; à falta de medidas de prevenção da desordem e da criminalidade juntou-se brutalidade na repressão (brutalidade física e brutalidade psicológica, por ignorância

HOUVE INCOMPETÊNCIA GRAVE E DOLOSA NA GESTÃO DO *POST BELLUM*: NADA PARECIA TER SIDO PREVISTO PARA GARANTIR SEGURANÇA UMA VEZ A VITÓRIA MILITAR OBTIDA.

arrogante e cega dos valores e costumes locais); por fim, o escandaloso tratamento, ilegal e humilhante, dos presos iraquianos por carcereiros e interrogadores americanos, seguindo, tudo o indica, política decidida superiormente.

Por outro lado, as dúvidas que alguns tiveram desde o princípio sobre a existência de armas de destruição maciça, nomeadamente químicas e biológicas, em quantidade e prontidão que fizessem do Iraque um perigo imediato para a segurança dos Estados Unidos e do Reino Unido foram engrossando, com revelações cada vez mais fundamentadas, vindas de autoridades indiscutíveis na matéria, sobre a muito provável inexistência de tais armas – e, por fim, a certeza de que elas não existiriam na altura da guerra e de que, portanto, a ameaça que quer George Bush quer Tony Blair tinham apresentado aos seus e ao mundo como razão para atacar o Iraque, não tinha existido. Comissões especialmente nomeadas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha publicaram resultados de inquéritos, devastadores para os vários serviços e agências de informação e espionagem dos dois países, mas sem atribuírem culpas a altos funcionários ou a governantes. Dos dois lados do Atlântico, o público ficou perplexo. Uma anedota numa revista inglesa destilou o paradoxo essencial. Numa sala de estar burguesa, uma senhora de meia-idade diz ao marido, por cima do jornal que está a ler: «Parece que ninguém teve culpa de toda a gente estar enganada.»

Como duas presas de uma tenaz, a aparente falsidade das razões evocadas para ir para a guerra (digo «aparente» porque quer os governos promotores da guerra quer os governos que a ela mais se opunham, estavam firmemente convencidos de que as armas existiam) e a incompetência da ocupação que fez do Iraque um ninho de terroristas, onde antes quase nenhum houvera, foram apertando Tony Blair e George Bush. Este passou mesmo a dizer que era «um presidente de paz» e não «um presidente de guerra». Tony Blair, honra lhe seja feita (ou por ter eleições mais tarde e mais folgadas do que a que espera George Bush em Novembro) não caiu em populismos assim e, na altura em que escrevo, mandou os militares ingleses estudarem maneiras de intervir no Sudão para atalhar o genocídio de Darfur. O homem tem qualquer coisa de cavaleiro andante: gosta de acudir a vítimas de perseguição – e parece gostar de guerra.

Através de tudo isto, e à medida que o tempo ia passando, as capitais europeias recalcitrantes e Washington foram percebendo que para que o Iraque se não tornasse num Estado falhado e para que se pudessem começar a tentar desatar os múltiplos nós cegos da política do Médio Oriente, incluindo os da questão israelo-árabe, precisavam de baixar tensões recíprocas e de procurar entendimentos. Neste espírito foram obtidas resoluções do Conselho de Segurança que permitiram, por exemplo, a transmissão de poderes para os iraquianos no fim de Junho. As posições de partida dos americanos e dos europeus não foram revistas: quase ninguém se arrependeu de ter estado onde estivera em Março de 2003 e França e Alemanha continuam firmes na decisão de não enviar tropas suas para o Iraque. (Entre os europeus, a mudança dramática foi de sentido contrário, com Zapatero a retirar as tropas espanholas.) Bush arrepiou caminho: o pedido americano a Kofi Annan para tornar a envolver seriamente as Nações Unidas no Iraque, faz lembrar a ida do imperador Henrique IV a Canossa, pedir absolvição ao papa Gregório VII, já lá vão quase mil anos.

As relações transatlânticas estão, diz-se, a recomporem-se, por enquanto mais na forma do que na substância como bem mostrou a reunião do G8 ao largo de Savannah, Geórgia, cheia de *photo-opportunities*, mas vazia de progresso em qualquer frente – embora nestas coisas ocorra às vezes fazer a pergunta poética de Yeats: «How can we know the dancer from the dance»?<sup>1</sup> –, mas se acabarem por ficar apenas onde estavam a 10 de Setembro de 2001 – ou mesmo a 20 de Janeiro desse ano, dia da tomada de posse de George W. Bush – não teremos chegado ainda a terra firme. Tudo poderá voltar a desorganizar-se, arriscar-nos-emos a cair de novo em acrimónia e desacordos apregoados na praça pública e a enfraquecer-nos perante um mundo perigoso e agressivo.

## **O 11 DE SETEMBRO E A ARRUMAÇÃO DAS MENTES**

Com efeito, o período entre a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a queda das torres de Manhattan em 2001 não foi dos mais coesos e brilhantes da relação transatlântica, como se a esta faltassem propósito e visão. Uma comunicação da Comissão Europeia ao

Conselho de Ministros da União, de 20 de Março de 2001, contendo propostas para melhorar a relação, capturou bem o ambiente reinante: «Os parceiros [os Estados Unidos e a União Europeia] têm tendência a escolherem prioridades de curto prazo, nem sempre dando seguimento a iniciativas anteriores. A agenda é quase sempre determinada

O PERÍODO ENTRE A QUEDA DO MURO DE BERLIM, EM 1989, E A QUEDA DAS TORRES DE MANHATTAN EM 2001 NÃO FOI DOS MAIS COESOS E BRILHANTES DA RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA, COMO SE A ESTA FALTASSEM PROPÓSITO E VISÃO.

pela última crise, por uma mudança de Presidência europeia ou por novas preocupações americanas que aparecem sem aviso prévio. Em consequência, muitas iniciativas desaparecem de cena logo que cumpriram o seu papel de serem anunciadas como “resultados” de Cimeiras.

A abundância de iniciativas e pontos de agenda tende a minar qualquer tentativa de estabelecer prioridades e de criar uma agenda bem focalizada, virada para a obtenção de resultados.»<sup>2</sup>

Não é certamente isto o que se pretende agora. Não era também o que se pretendia na altura em que a comunicação foi feita, mas os tempos eram outros. Terrorismos sérios, havia os nacionais – ETA, IRA, Baader-Meinhoff, Brigadas Vermelhas –, uns com fitos independentistas, outros com propósitos quiliásticos dentro dos seus universos nacionais, nenhuns dando lições úteis para a luta que, depois do 11 de Setembro, viria a ser preciso travar *urbi et orbi*. De estados falhados, menos se sabia ainda. A Jugoslávia despedaçara-se mas cada um dos pedaços tinha ambição de Estado, no caso da Bósnia ambições diferentes de cada um dos três grupos principais, mas ambições estatais: ninguém queria anarquia, nem anarquia foi o resultado perverso em nenhuma das repúblicas. Os problemas eram outros.

Nesse aspecto, o 11 de Setembro ajudou a pôr ordem nos espíritos.

«A ideia de ir ser enforcado daí a quinze dias arruma imenso as ideias na cabeça de um homem» escreveu o Dr. Johnson, lexicógrafo e caturra inglês do fim do século XVIII, e, *mutatis mutantis*, é o que está a acontecer aos governantes europeus e norte-americanos. Passados uns primeiros meses de desorientação, em que, como soldados nas trincheiras da Grande Guerra ao meio dos quais explodisse uma granada, uns correram para a frente e outros para trás, todos vieram a pouco e pouco a perceber que têm de enfrentar juntos a ameaça de Al-Qaida e de outras emanações de  *jihadismo* islâmico, fontes de terrorismo internacional, bem como os riscos que lhes são associados pela desagregação do poder do Estado em vários novos países.

O começo não foi dos mais auspiciosos. O Iraque estava submetido a um regime brutal mas era um estado único («o Iraque é governado à força», explicou Tariq Aziz a um político ocidental nos anos 90, «porque só pode ser governado à força»), e não albergava organizações terroristas agindo por conta própria. Hoje, com obrigações senão de democracia, pelo menos de decência, será difícil manterem-se xiitas, sunitas e curdos juntos – embora eles tenham de assim ficar; os arranjos internos poderão lembrar mais

uma confederação do que uma federação mas, para lá disso, para novas independências, perturbadoras de vizinhança, as potências mundiais (e as regionais) não consentirão que se caminhe. E, na desordem instalada desde a invasão americana, medram no Iraque vários viveiros de terroristas. Pôr o Iraque mais ou menos em ordem, tão a bem quanto possível, é pois o primeiro teste da capacidade ocidental de construir democracias em lugares onde elas não tivessem vingado antes, mostrando assim que poderemos continuar a servir de exemplo ao resto do mundo. É tarefa ciclópica mas os incentivos para a desempenhar são muito fortes e não existiam antes dos ataques a Manhattan e ao Pentágono.

Em Março de 2001, os desafios emergentes à segurança ocidental (Europa e Estados Unidos) eram vistos assim pela Comissão: «Como Cimeiras recentes mostraram, a segurança está já no primeiro plano das relações entre a Europa e os Estados Unidos. Tema estratégico por definição, a segurança continuará a fazer parte integral do diálogo transatlântico. Questões como a cooperação OTAN/PESD e o sistema de defesa contra mísseis em estudo no contexto de uma revisão geral da política estratégica de defesa, figurarão inevitavelmente no centro do debate, bem como esforços para prevenir e gerir conflitos em zonas politicamente instáveis, crises regionais com implicações de segurança mais amplas e proliferação de armas de destruição maciça.»<sup>3</sup>

### **COMO RESTAURAR A COESÃO OCIDENTAL?**

Vistos de onde estamos hoje, percebe-se que tais desafios não tivessem ajudado a dar alma nova à relação transatlântica, nem galvanizassem países e os virassem para a acção. Não é o caso com os desafios novos que entretanto emergiram: terrorismo internacional praticado por jihadistas islâmicos; apodrecimento de estados falhados de que a Somália, por exemplo, é emblema; proliferação de armas de destruição maciça (estas constavam também da lista da Comissão mas, nessa altura, os europeus pouco se preocupavam com o assunto, e os Estados Unidos, embora empenhados faziam-no sem o sentido de urgência de hoje e sem uma hierarquia de riscos coerente).

Estes novos «inimigos comuns» com, por assim dizer, provas dadas são capazes de ajudarem a promover coesão ocidental, a qual viveu sempre ligada à percepção de ameaças exteriores, reais ou potenciais, e afrouxara muito depois de 1989. Tal coesão será mais forte se, entretanto, assistirmos a algumas mudanças dos dois lados do Atlântico.

Do lado americano, a visão cristã evangélica radical da segunda vinda do Messias (*Second Coming*), só possível depois de os judeus terem recuperado a Terra Santa, que impede um mínimo de racionalidade na contribuição americana à resolução da questão Israel-Palestina, tem de deixar de ser uma trave mestra na formação da política de Washington para o Médio Oriente. (Mais geralmente, será preciso deixar de considerar que o Islão é religião inimiga.) A visão neoconservadora do poder absoluto/saber absoluto americanos, arrogância que tão nociva tem sido aos interesses dos Estados Unidos e dos

seus aliados, e tanta ofensa escusada tem causado, deverá também ser abandonada. Uma vitória de John Kerry em Novembro eliminaria tudo isto depressa, cirurgicamente. Mas, num segundo mandato, George Bush não teria outro remédio senão pôr, a pouco e pouco e incompletamente, mudanças parecidas em prática – sem a boa vontade de aliados europeus, porém, com a qual um John Kerry vitorioso poderá contar.

Do lado europeu, emanações de gaullismo que ajudaram a envenenar as relações transatlânticas durante a crise iraquiana de 2003 deveriam, num mundo ideal, deixar de existir. Não tanto por, eventualmente, impedirem a definição de posições da UE – em matérias controversas nem sempre há posições da União, há posições de países, ponto final – mas, sobretudo, por envenenarem o ambiente e prejudicarem cooperações que, sem elas, se desenvolveriam para benefício mútuo, europeu e americano. Hoje, na União de 25, a França conta menos politicamente do que contava na União de 15 (*inter alia*, o número de governos pró-americanos aumentou) e, de qualquer maneira, a reunificação alemã já lhe tinha feito perder o protagonismo ímpar de que gozara durante as primeiras três décadas das Comunidades Europeias. Mas a obsessão antiamericana, como lhe chamou Jean-François Revel, permanece e, se não vier a abater, continuará a dificultar a despropósito as relações transatlânticas. As coisas complicaram-se ultimamente, de resto. Durante a Guerra Fria, e a começar no tempo do próprio De Gaulle, sempre que a luta comum exigiu fileiras cerradas, a França esteve com os restantes aliados e especialmente com os Estados Unidos. Desde o fim da Guerra Fria, porém, talvez por já não imaginar que possa ser enforcada daí a quinze dias, perdeu esse reflexo de bom senso, com resultados penosos quanto ao Iraque. Esperemos que alguns sinais recentes de reflexão francesa madura sobre a relação transatlântica sejam mais do que proverbial andorinha e comecem a fazer a Primavera.

Em Paris e noutras capitais será precisa alguma sabedoria, mais do que a mostrada até agora por governantes europeus e americanos, para que o avolumar das novas ameaças ajude a restaurar solidariedade ocidental parecida com a que existia antes do fim do império soviético. **RI**

## NOTAS

<sup>1</sup> Yeats, W.B., «Among School Children», *Collected Poems*, Londres, Picador, 1990, pp. 242-244.

<sup>2</sup> *Reinforcing the Transatlantic Relationship: Focusing on Strategy and Delivering Results*, Communication from the Commission to the Council, in *Bulletin Quotidien Europe*, n.º 2235-2236, 27 April 2001, p. 7.

<sup>3</sup> *Ibidem*.